

O SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS POLÍTICOS MODERNOS NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO DA GUINÉ-BISSAU

Fela Armando Pereira

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: [0000-0002-0688-7699](https://orcid.org/0000-0002-0688-7699)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5581866750937745>

Resumo

Historicamente, a Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África Ocidental que depende de ajuda externa para garantir a sobrevivência. A situação política da Guiné-Bissau tem sido assinalada pela instabilidade política e governativa após a independência desse país. Dessa forma, este artigo visa analisar quais são os fatores que contribuíram para o surgimento de novos partidos políticos modernos na Guiné-Bissau de 1994 a 2014. Para isso, foi utilizado o método de estudo de caso sobre a experiência da Guiné-Bissau e de uma análise qualitativa. Assim, esta pesquisa concluiu que a Guiné-Bissau precisa fazer uma verdadeira reforma no sistema partidário, com a finalidade de promover o surgimento e a consolidação das agremiações partidárias organizadas e fortemente institucionalizadas, as quais são financiadas por meio de um mecanismo transparente e capaz de capacitar suas lideranças para funções políticas. Além disso, é fundamental estabelecer um mecanismo normativo possibilitando que os fundos partidários sejam distribuídos somente aos partidos que conseguissem uma determinada porcentagem de votos, como forma de conseguir a maior participação política dos eleitorados na tomada de decisão dos partidos políticos e reduzir o altíssimo índice de fragmentação no sistema partidário guineense. Isso possibilitará a maior competitividade entre os partidos políticos garantirá a maior qualidade de democracia no país.

Palavras Chaves: Guiné-Bissau. Terceira onda de Democracia. Democratização. Novos Partidos Políticos.

Abstract

Historically, Guinea-Bissau is a small West African state that depends on external aid to secure survival. The political situation in Guinea-Bissau has been marked by

political and governance instability after the country's independence. Thus, this article aims to analyze what are the factors that contributed to the emergence of new modern political parties in Guinea-Bissau from 1994 to 2019. For this purpose, the case study method on the experience of Guinea-Bissau and a qualitative analysis were used. Thus, this study concluded that Guinea-Bissau needs to make a real reform in the party system to promote the emergence and consolidation of organized and strongly institutionalized party affiliations, which are financed through a transparent mechanism and capable of empowering their leaderships for political functions. In addition, it is essential to establish a regulatory mechanism enabling party funds to be distributed only to parties that achieve a certain percentage of votes, as a way of achieving greater political participation of electorates in political party decision-making and reducing the very high rate of fragmentation in the Guinean party system. This will enable greater competition between political parties and guarantee the highest quality of democracy in the country.

Keywords: Guinea-Bissau. Third wave of Democracy. Democratization. New Political Parties.

Introdução

A chamada terceira onda de democratização de Samuel Huntington para a África no início de 1990 representou a mais significativa mudança política no continente desde o período da independência. Nesse sentido, foram formados novos partidos políticos modernos em vários países africanos. Assim, a evolução dos novos partidos políticos modernos africanos resultou no domínio dos sistemas multipartidários inspirados nos sistemas partidários ocidentais. Nesse trabalho novos partidos políticos modernos se refere a uma equipe de homens que buscam controlar o aparato do governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída (DOWNS, 1930, p. 47).

Assim, o objetivo do presente trabalho é explicar quais os fatores que contribuíram para o surgimento dos novos partidos políticos modernos na Guiné-Bissau de 1994 a 2014. A escolha do período para a análise foi feita por dois motivos: o primeiro, em 1994, a Guiné-Bissau organizou sua primeira eleição multipartidária e permitiu a formação de novos partidos políticos modernos, já o segundo, em 2014, o primeiro Presidente do país

conseguiu terminar o mandato de cinco anos sem interrupção. Nessa área existem poucos trabalhos que se debruçam sobre o assunto em tela. No entanto, este artigo tem como propósito desenvolver a evolução do sistema partidário guineense e de suas essenciais agremiações aos pesquisadores, assim como ao público em geral.

Dessa forma, a pesquisa realizada se concentrou em responder a seguinte pergunta: quais são fatores que contribuíram para o surgimento de novos partidos políticos modernos na Guiné-Bissau de 1994 a 2014? Diante do exposto acima, este trabalho adotou metodologias qualitativas para a coleta de dados com o objetivo de responder ao questionamento central. Já as análises das informações encontradas foram realizadas com base no método de estudo de caso. A Guiné-Bissau é o caso padrão, porque é um pequeno universo da realidade política vivenciada pela maioria dos jovens dos países africanos.

Em outras palavras, o debate sobre o sistema partidário da Guiné-Bissau não recebeu muita atenção até recentemente, porque o foco estava na relação civil-militar no país. Portanto, as teorias predominantes tendem a se aplicar mais às formas democráticas ocidentais dos governos que apresentam dinâmicas sócio-políticas distantes, as quais esse artigo procura preencher a lacuna através do conhecimento do caso da Guiné-Bissau.

Assim, foi realizado uma análise do caso da Guiné-Bissau para compreender quais são os fatores que contribuíram para o surgimento de novos partidos políticos modernos num país em processo de desenvolvimento institucional.

Em termos de coleta de dados foi feito um levantamento bibliográfico do assunto estudado. Além disso, foram coletados relatórios internacionais e informações nos documentos públicos do país para compor um quadro geral do país pesquisado. Com isso, o artigo foi separado em três seções: a primeira realiza uma breve introdução sobre a formação partidária e democracia representativa; a segunda debruçará sobre as dinâmicas política da Guiné-Bissau durante o sistema de partido único, a terceira analisa o sistema partidário e fragilidade democrática na Guiné-Bissau, sendo a última parte destinada às considerações finais.

1. Formação partidária e democracia representativa

A realidade dos partidos políticos é nova na história moderna. As primeiras organizações partidárias apareceram na Europa Ocidental no final do século XVIII e no início do século XIX (SARTORI, 2012).

A edificação dos partidos políticos europeus está intimamente conectada à origem dos parlamentos dos países da Europa que surgiram depois da queda das obsoletas monarquias absolutistas e ao surgimento das primeiras monarquias parlamentares responsáveis por requisitarem os sistemas eleitorais, bem como a conjunção de agremiações parlamentares de partidos políticos (DUVERGER, 1970). No entanto, os partidos políticos não eram instituições lineares, pois eles divergem de acordo com o contexto específico de procedimento dentro de um território nacional.

Efetivamente, as agremiações do começo do século XIX representam um modelo dessa época, demonstrando uma grande exclusão da sociedade devido às condições socioeconômica, gênero, idade e de espaço democrático. Nesse contexto, os partidos políticos não passaram de simples organizações parlamentares com limitada participação social, ou seja, estavam afastados da maioria da sociedade tanto em termos de atuação eleitoral quanto de representação pública, pois suas organizações não estavam abertas para a grande parte da população e as pessoas não desejavam tal situação (WEBER, 2002).

Resumidamente, as primeiras agremiações partidárias se constituíam pela conciliação dos grupos parlamentares, sendo criadas dentro do Parlamento. No decurso de século XIX outras coletividades que se encontravam no exterior dos parlamentos nacionais, como sindicatos, outros tipos de instituições operárias, organizações agrárias, associações vinculadas aos assuntos religiosos e dentre outras procriaram agremiações partidárias de forma a terem seus desejos representados no espaço político.

Duverger (1970) intitula essas novas organizações de *partidos de massa* e alega que elas se resumiam aos modelos modernos de instituições partidárias, pois não procuravam unicamente a vitória eleitoral, mas também muitos associados. Assim, os partidos exógenos instituíram a personalidade do membro da agremiação, o qual colabora com a organização por intermédio de cotas regulares.

Essas organizações criaram largas instituições que se destinam a estruturar suas funções, bem como demarcam a organização hierárquica da agremiação de forma a

integrar o grupo de associados. Dessa forma, os partidos exógenos passam uma ideologia bem definida e procuram simbolizar os desejos particulares de clivagem social na sociedade.

Novas agremiações ou procedimentos organizativos dos partidos obtiveram forma, após o período da Segunda Guerra Mundial. A primeira instituição foi denominada de partido *catch all*, mostrando as modificações dos partidos políticos para subsistirem em um novo espaço em que as segmentações sociais não eram mais tão evidentes.

Para isso, as agremiações abriram suas ordenações organizacionais aos grupos de pressão e aos profissionais admitidos, além de conduzirem sua convocação para mais camadas sociais, ressaltando os predicados pessoais de seus associados em detrimento ao plano partidário. Em resumo, o partido *catch all* trata da profissionalização das agremiações partidárias e da procura por um maior alargamento de seu eleitorado (PANEBIANCO, 2005; KIRCHHEIMER, 1966).

Enfim, o momento presente dos partidos políticos (partidos carteis) estaria conectado ao seu contínuo distanciamento da sociedade e a ampliação de sua orientação para serviços mais processuais, como a estruturação dos governos. Essa conjuntura estaria associada as despesas altas das campanhas eleitorais e as progressivas exigências pelos recursos financeiros que as agremiações partidárias não conseguem mais tirar da sociedade. Por esse motivo, os partidos políticos orientaram seu alvo para o Estado que lhe proporciona recursos financeiros estáveis e de membros profissionalizados (KATZ; MAIR, 1995).

A realidade muda, em parte, no contexto africano, pois o processo de formação partidária na África não seguiu a trajetória europeia. A Guiné-Bissau experimentou suas primeiras agremiações partidárias revolucionárias no século XX. Assim, os primeiros partidos revolucionários ¹criados e consolidados durante a guerra colonial não chegaram a se estabelecer como agremiações modernas. Em outras palavras, os primeiros partidos políticos guineenses tiveram origem fora da esfera eleitoral e parlamentar (SALIH; AHMED, 2003).

¹ De acordo com Panebianco (2005), o partido revolucionário é uma instituição que se empenha para comandar a própria estrutura social, para proceder sobre ela, modificando-a.

O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, PAIGC, foi fundado em 1956 por Amílcar Cabral e camaradas e logo ganhou domínio sobre outros movimentos de libertação, especialmente, sobre a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné, FLING (BTI, 2020). Segundo Sousa (1973), foram essas mudanças que fizeram do PAIGC a força mais forte do país. Em outras palavras, o PAIGC se tornou o único representante dos interesses da população da Guiné-Bissau e do Cabo Verde.

Assim, PAIGC iniciou o processo de construção da unidade nacional onde Estado-nação não existia anteriormente (DORMAN, 2006; HURLEY, 2009). Dessa forma, Cabral acreditava que a própria guerra de libertação poderia promover a consciência política, consolidar noções emergentes de unidade e lealdade nacional. Nesse sentido, a libertação da Guiné-Bissau foi enquadrada no contexto da Guerra Fria.

Assim, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde desempenhou papel fundamental no processo da condução da luta pela independência. Um fator fundamental para explicar a sobrevivência do PAIGC era a capacidade dele de manter relações com grupos revolucionários em todo o mundo, especialmente, com a antiga União Soviética e a Cuba. O apoio moral, militar e financeiro desses dois estados possibilitou o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) de conseguir derrotar os inimigos externos (DEONANDAN, 2007). Portanto, com base no argumento teórico apresentado, a próxima seção busca analisar as dinâmicas política da Guiné-Bissau durante regime de partido único.

2. As dinâmicas políticas da Guiné-Bissau durante o sistema de partido único

Esta seção procura compreender a atuação do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde durante regime de partido único no país. A Guiné-Bissau está localizada na África Ocidental e possui uma área de 36.125 quilômetros quadrados. A independência foi declarada em setembro de 1973, sendo reconhecida por Portugal apenas após a Revolução dos Cravos em setembro de 1974.²

² Foi uma revolução provocada por militares portugueses descontentes com a condução das guerras colonial em 25 de abril de 1974, que por sua vez levou ao reconhecimento de Portugal da independência das suas colônias.

A Guiné-Bissau pertence aos países mais pobres do mundo, ocupando o 177º lugar entre 189 países no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (IDH) em 2017 e em 2012 sofreu uma queda de duas posições, embora a taxa ter melhorado de 0,426 em 2010 para 0,455 em 2017. Uma grande porcentagem dos guineeses (67,4%) vive na pobreza.

O país depende, principalmente, de ajuda externa, economia de subsistência e a exportação de safras comerciais, por exemplo, castanha de caju e peixes. A indústria de processamento continua subdesenvolvida e muitos recursos minerais (bauxite, fosfato, petróleo) permanecem inexplorado (EUROPEAN UNION, 2014). Segundo European Union (2005), a ausência de um setor privado que pudesse canalizar e acomodar os recursos humanos, bem como uma atividade política é vista como a principal fonte de sobrevivência econômica.

A Guiné-Bissau é constituída por vários grupos étnicos, como Fula 28,5%, Balanta 22,5%, Mandinga 14,7%, Papel 9,1%, Manjaco 8,3%, Beafada 3,5%, Mancanha 3,1%, Bijago 2,1%, Felupe 1,7%, Mansoanca 1,4%, Balanta Mane 1%, outros 1,8% e nenhum 2,2%. Seguindo a independência, segundo Forrest (1987), PAIGC estabeleceu um Estado de partido único que buscava controlar e comandar a sociedade, a economia e a cultura.

De acordo com Dowbor (1983), a transição de um Estado colonial para um Estado independente identificou a enorme dificuldade para as lideranças do PAIGC. Os vários quadros políticos do Partido não tinham nenhuma familiaridade com o aparelho estatal e produtivo herdados de Portugal. A nova classe dominante do PAIGC se distanciou cada vez mais da população, usou os meios repressivos do Estado para preservar seu *status* político e aumentar seu controle sobre os recursos do Estado enquanto as principais demandas da sociedade foram deixadas em grande parte de lado, em vez de construir relações camponesas iniciadas durante a luta anticolonial.

Segundo Temudo (2008) e Kohl (2010), crescente autoritarismo, graves problemas econômicos e uma projeção de intensificação da cooperação com Cabo Verde levou a um golpe de Estado em 1980. Este golpe de Estado marcou o início da instabilidade política na Guiné-Bissau, levando ao poder o ex-combatente, João Bernardo Nino Vieira. No decurso do regime de Nino Vieira os problemas estruturais da Guiné-

Bissau persistiram. O PAIGC não conseguiu resolver os problemas do país, tampouco desenvolver um projeto político de construção da nação guineense.

Ainda segundo Deonandan (2007), desenvolvimentos internacionais, em particular a mudança sistêmica que ocorreu na estrutura de poder global com o desaparecimento da antiga URSS após a Guerra Fria, tornou os partidos políticos revolucionários africanos vulneráveis. Eles foram forçados a considerar formas alternativas para a realização de seus objetivos, uma vez que perderam um aliado importante.

Segundo Deonandan (2007), a péssima situação econômica do país obrigou o PAIGC a assinar um pacote de recuperação econômica do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, mudando seu sistema político partidário. Além disso, no contexto interno, as forças da sociedade civil também desempenharam um papel na transição política.

A partir de então, o PAIGC deixou de ser o partido do Estado. Assim, o sistema de partido único socialista foi substituído por sistema de democracia liberal de democracia multipartidária. Dessa maneira, tem-se a transição de um estado de partido único liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde. Em outras palavras, o PAIGC foi transformado em partido político moderno. Assim, com base no argumento histórico apresentado, a próxima seção busca analisar o sistema partidário e fragilidade democrática na Guiné-Bissau.

3. O sistema partidário e a fragilidade democrática na Guiné-Bissau

Esta seção procura analisar sistema partidário e fragilidade democrática na Guiné-Bissau. No país, a aceitação da política multipartidária e a legalização de novos partidos políticos foram talvez as mais vividas manifestações das mudanças políticas ocorridas na Guiné-Bissau no começo dos anos de 1991 (DEONANDAN, 2007).

Assim, a liberalização política resultou no surgimento de uma imprensa livre, partidos de oposição, sindicatos independentes e uma infinidade de organizações da sociedade civil autônomo do Estado. A liberalização política resultou nas primeiras eleições multipartidárias em 1994.

No que se refere a eleição legislativa, a Guiné-Bissau adotou um modelo unicameral, eleito em um ciclo de quatro anos de acordo com o sistema de representação proporcional com a lista fechada. Assim, o país está dividido em 27 distritos constituintes com vários membros, com um quórum de 50% da participação de eleitores qualificados em cada distrito.

A Assembleia tem 102 assentos, dois dos quais são, pela primeira vez, a representação da diáspora na Europa e na África. No que tange a eleição presidencial, o sistema eleitoral é um sistema de maioria absoluta, dois turnos, sendo o segundo turno para um mandato de cinco anos. A Guiné-Bissau adotou o semipresidencialismo como o modelo de governo. O Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro, o qual é o chefe do Governo (EUROPEAN UNION, 2014).

A evolução dos novos partidos políticos guineenses resultou no domínio dos sistemas multipartidários inspirados nos sistemas partidários ocidentais. Dessa forma, a Guiné-Bissau apresenta alto índice de fragmentação partidária e a maioria dos partidos políticos são irrelevantes no cenário político, segundo Rfi (2021), atualmente o país conta com cinco dezenas de partidos políticos, o que torna o país um dos mais fragmentados do mundo, sendo um aspecto negativo para a qualidade da democracia no país.

Além disso, novos partidos políticos se originaram de pequenos grupos de elite, como um resultado de fissuras e fusões entre líderes concorrentes. Diante disso, não tiveram o tempo, os recursos ou mesmo a vontade de estender sua organização além dos gabinetes parlamentares nas capitais da região.

De acordo com artigo 4 da Constituição, os novos partidos políticos podem ser livremente constituídos com base nos termos da Constituição e da lei REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2009). Segundo o Institute for Security Studies (2018), a legislação que regulamenta os novos partidos políticos na Guiné-Bissau data de 1991.

A Lei nº 2/91 foi adotada pela Assembleia Nacional Popular nos termos do artigo 56 (4) da Constituição, com o objetivo de regulamentar a formação dos partidos políticos no novo contexto da democratização. Esta lei tem servido como uma estrutura para as atividades políticas no país há mais de duas décadas.

O capítulo 2 trata da formação, transformação e cessação de novos partidos políticos, afirma o princípio da livre formação partidária, com a obrigação para solicitar

o registro no Supremo Tribunal quando o requisito mínimo de assinatura de 2.000 membros for atendido. Ele especifica as condições de fusão, cisão e dissolução das partes. Portanto, o Supremo Tribunal pode pronunciar uma dissolução se o número verificado de membros do partido for menos de 1.000 ou em caso de violação da Constituição com a conclusiva condenação criminal de dirigentes partidários.

Ainda conforme o Institute for Security Studies (2018), a Lei-Quadro prevê um sistema pelo qual o Estado reembolsa parte dos segmentos de despesas da campanha eleitoral. As contas dos partidos políticos devem ser publicadas no Estado Diário e podem ser examinadas por especialistas contábeis a pedido do Supremo Tribunal. A legislação dos partidos políticos sofreu algumas mudanças significativas, com a revisão das leis eleitorais antes das eleições legislativas e presidenciais de 2014.

A Lei nº 10/2013 de 25 de setembro de 2013, o Capítulo 3 do Título III especifica as fontes autorizadas de financiamento para as campanhas dos candidatos (Artigo 46): (a) contribuições do Estado; b) contribuições por partes aliadas; (c) contribuições voluntárias dos eleitores; d) contribuições de candidatos e partidos políticos; e) receitas das atividades de campanha.

O artigo 46 proíbe o financiamento direto da campanha eleitoral por governos estrangeiros e organizações governamentais estrangeiras. Já o artigo 47 prevê que o Estado deve determinar de acordo com a disponibilidade um montante financeiro para apoiar as campanhas dos candidatos que deve ser disponibilizado 15 dias antes do início da campanha aos partidos ou coligações de partidos que enviaram nomeações ou aos candidatos presidenciais.

O artigo 47 define a regra de distribuição dos recursos concedidos pelo Estado. O valor concedido para as eleições legislativas é proporcional ao número de candidatos de cada partido ou coligação nas listas publicadas pelo Supremo Tribunal. Já para as eleições presidenciais, esta alocação é distribuída equitativamente entre todos os candidatos devidamente aprovados pela Suprema Corte (INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, 2018).

Segundo a teoria Doorenspleet (2003) e Cranenburgh, (2003), como mostra o caso da Guiné-Bissau, os novos partidos políticos são fortemente dependentes do Estado. Os recursos do Estado são a chave para a sobrevivência do país em termos financeiros. No

entanto, os partidos políticos não têm recebido sistematicamente a ajuda financeira do Estado, conforme o estabelecido na Lei eleitoral, criando um desequilíbrio na atuação partidária em detrimento das agremiações menores, incapazes de igualar a capacidade organizacional e o recurso financeiro de partidos mais influentes no cenário político do país, principalmente, PAIGC e Partido de Renovação Social- PRS.

Ainda de acordo com Doorenspleet (2003) e Cranenburgh (2003), os novos partidos foram, principalmente, formados para servir as ambições pessoais exclusivas das suas lideranças e a maioria carece dos habituais componentes da formação política, estruturas adequadas, apoiadores ou programa partidário estruturado. De acordo com Panebianco:

Um partido com fraca institucionalização é um partido em que as margens de autonomia dos agentes em disputa são mais amplas, e as relações das subunidades organizativas com diferentes setores do ambiente garantem ao grupo em disputa o controle autônomo sobre recursos externos. (PANEBIANCO, 2005, p.108).

A frágil institucionalização das organizações partidárias pode ter consequências negativas para a qualidade da democracia no país. Essa situação tem dificultado a vida da população no momento da escolha dos representantes. Em outras palavras, os partidos políticos continuam sendo pouco adaptados à participação da sociedade como um todo em seu interior.

A sociedade continua existindo como um simples instrumento para as lideranças partidárias, sendo convidada a participar somente para legitimar as decisões e o processo democrático. Ou seja, o sistema partidário guineense permanece significativamente afetada pelas relações de poder pessoais e clientelistas.

Na verdade, os partidos políticos guineense não possuem vínculos fortes com seu eleitorado. Apesar das restrições, as organizações da sociedade civil têm desenvolvido uma atuação fundamental no sentido de apoiar ações para reduzir ocorrências de violência durante o processo eleitoral.

Segundo Temudo (2008) e Trajano (2016), essas fraquezas institucionais persistiram em parte, porque as lideranças dos novos partidos políticos não tiveram nenhum incentivo forte para remediá-los. Além disso, tem faltado na Guiné-Bissau uma

legislação severa capaz de reestruturar o sistema partidário do país, torná-lo menos fragmentado e mais competitivo.

Por outro lado, a influência da etnia nos partidos políticos na Guiné-Bissau se tornou evidente após a liberalização política. Os discursos étnicos se tornaram veículos de expressão da elite política e dos interesses da classe política. A etnia se tornou tão importante que os grupos étnicos procuraram proteger seus interesses por meio dos partidos políticos específicos (COLEMAN E ROSBERG, 1964).

Em suma, a dinâmica política da Guiné-Bissau continua sendo marcada pelos elevados números de partidos políticos institucionalmente frágeis. Ademais, existem várias agremiações partidárias sem a organização e disciplina partidária. Além disso, muitos partidos políticos carecem de programa político, bem como ideológico.

Conclusão

Primeiramente, este trabalho demonstrou que os partidos políticos nos países ocidentais são consequências de um processo histórico de formação das parcelas da sociedade e da reivindicação por maior participação nas atividades políticas.

No caso africano, principalmente, da Guiné-Bissau, mostrou que os primeiros partidos revolucionários africanos surgiram no contexto da guerra colonial, com o objetivo de organizar a massa em torno da causa nacional. Diante desse contexto, após a independência muitos partidos revolucionários governaram estados pós-coloniais na África até o início dos anos de 1991.

Dessa maneira, em resposta ao questionamento central do estudo sobre quais foram os fatores que contribuíram para o surgimento de novos partidos políticos modernos na Guiné-Bissau de 1994 a 2014 a revisão da literatura, os dados empíricos coletados e analisados auxiliaram no esclarecimento da dúvida. Eles levaram a compreender que com o desaparecimento do então bloco socialista após a Guerra Fria, bem como a péssima situação econômica da Guiné-Bissau contribuíram para o surgimento de novos partidos políticos modernos no país, após esse período.

Portanto, a Guiné-Bissau foi condicionado a assinar um Programa de Recuperação Econômica do Fundo Monetário Internacional e Banco em troca de ajuda externa. Com isso, o sistema do partido único foi mudado para a democracia multipartidária. Assim, foi

permitida a criação de novos partidos políticos modernos para concorrer as primeiras eleições multipartidárias. Além disso, no contexto interno, as forças da sociedade civil também desempenharam um papel na transição política.

No entanto, as novas agremiações partidárias modernas no país são pouco institucionalizadas e com forte existência de lideranças personalistas. Além disso, novos partidos políticos formados ao longo do processo da democratização têm tido dificuldade em manter a base sólida nacionalmente, principalmente, com a sociedade como um todo. Ademais, muitos partidos políticos carecem de disciplina, programa político e ideologia.

Nesse sentido, concluímos que a Guiné-Bissau necessita fazer uma verdadeira modernização no sistema partidário com a finalidade de promover o surgimento, bem como a consolidação das agremiações partidárias. Essas agremiações são organizadas e fortemente institucionalizadas, sendo financiadas por meio de mecanismo transparente e capaz de capacitar suas lideranças para funções políticas.

Além disso, é fundamental estabelecer um mecanismo normativo que permita aos fundos partidários serem distribuídos somente para os partidos, os quais conseguissem uma determinada percentagem de votos, como forma de obter a maior participação política dos eleitorados na tomada de decisão dos partidos políticos e de reduzir o altíssimo índice de fragmentação no sistema partidário guineense. Com isso, permitiria a maior competitividade entre os partidos políticos, garantindo a maior qualidade da democracia no país.

Bibliografia

BTI 2020 COUNTRY REPORT. **Guinea-Bissau**. Disponível em: https://www.bti-project.org/content/en/downloads/reports/country_report_2020_GNB.pdf. Acessado em 08/07/2021.

COLEMAN, J. S. ROSBERG. C.G. **Political Parties and National Integration in Tropical Africa**. Los Angeles: University of California Press, 1964.

CRANENBURGH. O. V. **Power and Competition: The Institutional Context of African Multi-Party Politics**. Pluto Press, 2003.

DOWBOR, L. **Guiné-Bissau**. A busca da Independência econômica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: J. Zahar/Ed. da UNB, 1970.

DORMAN, S. R. “Post-liberation Politics in Africa: Examining the Political Legacy of Struggle”, **Third World Quarterly**, 2006.

DEONANDAN, K. **Revolutionaries to Politicians: Can the Transition Succeed?** Palgrave Macmillan, 2007.

DOORENSPLEET, R. **Political Parties, Party Systems and Democracy in Sub-Saharan Africa**. Pluto Press, 2003.

EUROPEAN UNION. **Parliamentary Elections and First Round of the Presidential Election in Guinea Bissau** 13 april 2014. Report by Fiona hall, Chair of the Delegation, 2014.

EUROPEAN UNION. “Guinea Bissau Presidential Elections”. **European Union Election Observation Mission Final Report**, 19 june 2005.

FORREST, J. B. “Guinea-Bissau since independence – A decade of domestic power struggles”, **The Journal of Modern African Studies**, 25, 95-116, 1987.

HURLEY. M. M. **Sanctuary Lost: The Air War for —Portuguesel Guinea, 1963-1974**. Dissertation Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Doctor of Philosophy in the Graduate School of The Ohio State University, MA Graduate Program in History The Ohio State University, 2009.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. “Guinea-Bissau: Review the Framework Law on Political Parties”. **Policy Brief**, 3 MAY 2018. Disponível em: <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/policybrief-guineabissau-3-eng.pdf>.
[Acessado em 21/ 07/2021](#).

KIRCHHEIMER, O. **The Transformation of the Western European Party System**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KOHL, C. “Integration in Guinea-Bissau since Independence”. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2010.

KATZ, R. S.; MAIR, P. **Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the Emergence of the Cartel Party**, 1995.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: M. Fontes, 2005.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Assembleia Nacional Popular**, 11 de novembro, 2009.

RFI. **Ministro Botche Candé eleito Presidente do Partido dos Trabalhadores Guineenses**, 12 de dezembro de 2021. Disponível em <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20211218-ministro-botche-cand%C3%A9-eleito-presidente-do-partido-dos-trabalhadores-guineenses>.

SOUSA, F. E. “Amilcar Cabral: Theory of Revolution and Background to His Assassination Permalink”. **A Journal of African Studies**, 3(3), 1973.

SARTORI, G. **Partidos y sistemas de partidos**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

SALIH, M.A M. AHMED, G.M. **AFRICAN POLITICAL PARTIES Evolution, Institutionalisation and Governance**. Pluto Press, 2003.

TEMUDO, M. P. “From “People’s Struggle” to “is War of Today””: Entanglements of Peace and Conflict in Guinea-Bissau”. **African Journal**, v. 78, 2, May, 2008.

TRAJANO, F. W. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 913-943, set./dez. 2016.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

